

# O PLURALISMO DAS FORÇAS DO TRABALHO COMO CONDIÇÃO DA ESTRATÉGIA SOCIALISTA NA OBRA DE ISTVÁN MÉSZÁROS

[ ARTIGO ]

**Frederico Daia Firmiano**

*Universidade do Estado de Minas Gerais.  
Fundação de Ensino Superior de Passos*

## [ RESUMO ABSTRACT RESUMEN ]

Desde sua constituição histórica moderna, as forças do trabalho lograram algumas conquistas importantes nas sendas da margem de concessão do capital, ainda na sua fase de ascensão histórica. No entanto, seus principais pilares de apoio, por pertencerem ao domínio do *círculo institucional mágico* da relação entre Estado político e sociedade civil, nunca puderam realizar o *sonho da construção gradual do socialismo*. Hoje, quando a crise estrutural do capital penetra em todos os domínios e níveis da reprodução social, por praticamente todo o planeta, o trabalho é impelido a *reconstruir-se/renovar-se sob a forma de um movimento extraparlamentar que recuse todas as determinações estruturais do capital* na elaboração de uma estratégia socialista ofensiva em contraposição às formas historicamente defensivas assumidas. Assim propõe István Mészáros (2009) na sua monumental obra *Para Além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Nos limites deste artigo, procuro explicar a complexa articulação entre a crise estrutural do capital e a necessidade histórica da ofensiva socialista, conferindo especial atenção àquele que, para nosso filósofo húngaro, é um dos maiores desafios da teoria marxista contemporânea: a construção do pluralismo como condição da estratégia socialista.

**Palavras-chave:** Crise Estrutural do Capital. Estado. Ofensiva Socialista. Unidade e Pluralismo. István Mészáros.

Since its modern historical constitution, the labor forces reached some important achievements along the concession margins of the capital, still in their phase of historical ascension. However, its main cornerstone, because they belong to the domain of the mystical institutional circle of the relationship between political State and civil society, have never been able to make the dream of the gradual construction of socialism comes true. Nowadays, when the structural crisis of the capital penetrates all domains and levels of social reproduction throughout virtually the entire planet, labor is driven to rebuild and renew itself in the form of an extra-parliamentary movement that rejects all structural determinations of the capital in the elaboration of an offensive socialist strategy as opposed to the historically defensive forms formerly assumed. This is what István Mészáros (2009) proposes in his monumental work, *Beyond Capital: Toward a Theory of Transition*. Within the limits of this manuscript, I try to explain the complex articulation between the structural crisis of the capital and the historical needs of the socialist offensive, focusing on what, for our Hungarian philosopher, is one of the major challenges of contemporary Marxist theory: the construction of pluralism as condition of socialist strategy.

**Keywords:** Structural Capital Crisis. State. Socialist Offensive. Unity and Pluralism. István Mészáros.

Desde su constitución histórica moderna, las fuerzas del trabajo alcanzaran algunos logros importantes en las sendas de la margen de concesión del capital, aún en su fase de ascenso histórico. Sin embargo, sus principales pilares de apoyo, por pertenecer al ámbito del *círculo institucional mágico* de la relación entre Estado político y sociedad civil, nunca pudieron realizar el *sueño de la construcción gradual del socialismo*. Hoy, cuando la crisis estructural del capital penetra en todos los dominios y niveles de la reproducción social, por prácticamente todo el planeta, el trabajo es impulsado a *reconstruirse/renovarse bajo la forma de un movimiento extraparlamentario que rechaza todas las determinaciones estructurales del capital* en la elaboración de una estrategia socialista ofensiva en contraposición a las formas históricamente defensivas asumidas. Así propone István Mészáros (2009) en su monumental obra, *Más allá del capital: hacia una teoría de la transición*. En los límites de este artículo, procuro explicar la compleja articulación entre la crisis estructural del capital y la necesidad histórica de la ofensiva socialista, prestando especial atención a aquel que, para nuestro filósofo húngaro, es uno de los mayores desafíos de la teoría marxista contemporánea: la construcción del pluralismo, condición de la estrategia socialista.

**Palabras clave:** Crisis Estructural del Capital. Estado. Ofensiva Socialista. Unidad y Pluralismo. István Mészáros.

## Introdução

---

A obra de István Mészáros (1930-2017) constitui um monumento teórico construído ao longo da segunda metade do século XX. Assistiu, assim, aos melhores idos da “era de ouro” do capital, bem como aos piores anos de sua fase descendente. Ademais, acompanhou o longo movimento comunista do leste europeu e a ascensão e decadência de parte considerável da esquerda do segundo pós-Guerra, além da incorporação dos principais partidos socialistas/comunistas da Europa à *estrutura institucional de comando do capital*. Igualmente, seguiu as transformações mais significativas do marxismo ocidental, da socialdemocracia e a emergência do pós-modernismo e da proclamação do “fim da história”.

A investigação do desenvolvimento tendencial do capital o conduziu ao descobrimento da natureza da crise que, a partir dos anos 1970, passou a afetar a totalidade do complexo social do capital. Crise esta de natureza estrutural, pelo fato de inviabilizar os mecanismos históricos recorrentes de deslocamento das contradições do capital, colocando em xeque sua própria sobrevivência e o esvaziamento das opções de ajuste interno do sistema, a exemplo do keynesianismo ou mesmo do receituário de *Mont Pèlerin*<sup>1</sup>, que ganhou

---

[1] A Sociedade de Mont Pèlerin foi fundada em 1947, após uma conferência organizada por Friedrich Hayek, na cidade próxima à Montreux, na Suíça, que dá nome ao grupo. Reuniu, em seu surgimento, economistas que, no quadro da crise do capital, a partir dos anos 1970, se tornariam expoentes do chamado “neoliberalismo”, a exemplo do próprio Hayek, como Ludwig von Mises, George Stigler, Milton Friedman, entre outros.

notoriedade quando do esgotamento das chamadas políticas anticíclicas.

Mas, muito distante do “estilo de pensamento trágico” frankfurtiano, que, nas penas de seus melhores filósofos, Adorno<sup>2</sup> e Horkheimer<sup>3</sup>, encerra o momento verdadeiramente crítico da dialética no polo da negação, suspendendo aí o conflito, István Mészáros identificou a necessidade de constituição histórica de uma ação comum e uma articulação estratégica consciente, de um pluralismo socialista em completa oposição à *falsa unidade* como meio patrocinador dos princípios socialistas (MÉSZÁROS, 2009, p. 812), restituindo a categoria da totalidade ao pensamento crítico, sob uma renovada base histórica.

Segundo Mészáros (2009), desde sua constituição histórica moderna, as forças do trabalho lograram algumas conquistas importantes nas sendas da margem de concessão do capital, ainda na sua fase de ascensão histórica. No entanto, seus principais pilares de apoio, por pertencerem ao domínio do *círculo institucional mágico* da relação entre Estado político e sociedade civil, nunca puderam realizar o *sonho da construção gradual do socialismo*. Hoje, quando a crise estrutural do capital penetra em todos os domínios e níveis da reprodução social, por praticamente todo o planeta, o trabalho é impelido a *reconstruir-se/renovar-se sob a forma de um movimento extraparlamentar que recuse todas as determinações estruturais do capital* na elaboração de uma estratégia

---

[2] Theodor W. Adorno, 1903-1969.

[3] Max Horkheimer, 1895-1973.

socialista ofensiva em contraposição às formas historicamente defensivas assumidas. Nos limites deste artigo, procuro explicar a complexa articulação entre a crise estrutural do capital e a necessidade histórica da ofensiva socialista, conferindo atenção àquele que, para nosso filósofo húngaro, é um dos maiores desafios da teoria marxista contemporânea: a construção do pluralismo como condição da estratégia socialista.

Desde logo, advirto o leitor sobre três aspectos fundamentais deste texto: o primeiro é que não tenho qualquer pretensão de esgotar o tema, que por sua vastidão deverá ocupar o pensamento crítico por muito tempo; o segundo é que, ao mergulhar no monumento teórico de Mészáros, particularmente em sua obra *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*<sup>4</sup>, buscando articular apenas algumas de suas categorias e argumentos, assumo o risco de produzir simplificações acerca desta que, sem sombra de dúvidas, é a maior e mais complexa arquitetura teórica marxista das últimas décadas; por fim, dada esta complexidade das articulações teóricas de Mészáros, que se desdobram em inúmeras questões teórico-práticas, optei por partir da concepção de crise estrutural do capital, seguida pela necessidade histórica da ofensiva socialista daí decorrente, buscando configurar brevemente o problema do Estado para, então, chegar ao núcleo do problema da construção do *pluralismo socialista*.

---

[4] MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo Cesar Castanheira; Sérgio Lessa. 3. reimpr. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

## Da crise do capital à necessidade histórica da ofensiva socialista

---

Conforme Mészáros (2009, p. 241), todo sistema de reprodução sociometabólico tem seus limites intrínsecos ou absolutos que não podem ser transcendidos dentro de seus próprios marcos de referência. Assim, depois de estender seu domínio “[...] aos bolsões mais distantes e anteriormente isolados do planeta[...]”, o capital “[...]ativou os limites absolutos deste sistema de controle sociometabólico”, chegando ao fim de seu longo processo de ascensão histórica. O fato de coincidir com a derrocada do socialismo realmente existente no leste da Europa indica, pois, que aquele sistema não estava fora do raio de ação do capital – questão largamente analisada pelo filósofo húngaro e que foge ao escopo deste breve artigo. Para nossos propósitos, importa destacar que, ao alcançar seu pleno desenvolvimento, o sistema sociometabólico do capital esgotou seu recurso de exportação de suas contradições internas, estrangido pela redução drástica de sua margem de viabilidade produtiva. Decorre daí a crise estrutural que afeta a totalidade do complexo social, estrutural porque possui alcance global, caráter universal, contínuo, permanente e “rastejante”. (IDEM).

Historicamente, o capital é a mais poderosa estrutura totalizadora de controle societal, inexoravelmente absorvente, irrecusável e irresistível, não importa o quão repressiva seja a imposição de sua *função totalizadora* onde, eventualmente, encontrar resistência. Seu extraordinário dinamismo, determinado por sua orientação para a expansão movida pela acumulação, é o que lhe torna, contraditoriamente,

incontrolável, de modo que tal dinâmica é também sua deficiência fatídica.<sup>5</sup>

Diferentemente de outros sistemas históricos de metabolismo social, as unidades econômicas do capital não necessitam e nem são capazes de garantir um sistema social autossuficiente. Por essa razão, o capital pode se tornar um sistema global e altamente dinâmico, afirmando-se como o mais competente extrator de mais-valia, que ultrapassa todos os obstáculos e limites relativos que lhe forem impostos. Se por um lado isso implicou uma excepcional melhoria da produtividade, a condição contraditória disso foi a perda do controle do sistema reprodutivo, graças à tríplice ruptura de suas unidades internas, quais sejam:

- a) Produção e controle, que estão radicalmente isolados entre si e diametralmente opostos;
- b) Produção e consumo, que adquirem independência e existência separada extremamente problemáticas;
- c) Produção e circulação, cujos microcosmos combinam-se em uma espécie de conjunto administrável, de modo que o capital social total seja capaz de penetrar no domínio da circulação global, em busca de superar a contradição entre produção e circulação.<sup>6</sup>

A ausência de unidade interna no sistema sociometabólico do capital constitui, assim, seus *defeitos estruturais*, que

não são apenas insubstituíveis, mas sim parte das estruturas vitais do capital. Por consequência, os antagonismos que daí emanam são necessariamente reproduzidos em todas as circunstâncias históricas da ordem vigente, independente da correlação de forças existente entre as classes em oposição fundamental.

A implicação desse modo de funcionamento próprio do sistema do capital nem sempre trouxe à tona com clareza o caráter fraturado de suas componentes internas. Assim, durante um longo período, seus *defeitos estruturais* induziram *positivamente* a expansão dinâmica desse sistema sociometabólico. Mas, ao se deparar com seus *limites absolutos*, suas estruturas vitais ativaram contradições latentes de um modo avassalador. Esses *limites absolutos* “[...] correspondem de fato à ‘maturação’ ou plena afirmação do valor sob condições marcadas pelo encerramento da fase progressista da ascendência histórica do capital” ou, dito de modo inverso:

[...] a fase progressista da ascendência histórica do capital chega ao encerramento precisamente porque o sistema global do capital atinge os limites absolutos além dos quais a lei do valor não pode ser acomodada aos seus limites estruturais (MÉSZÁROS, 2009, p. 226).

O significado concreto da tentativa de avanço para além de seus limites estruturais significa, hoje, a explosão de um conjunto grave de contradições sociais, generalizadas por todo o sistema de metabolismo social do capital, entre os quais, István Mészáros (2009) destaca (a) a contradição entre o caráter transnacional do capital e o

[5] Ibidem, p. 98-99.

[6] Ibidem, p. 105.

caráter nacional do Estado; (b) a eliminação das condições elementares da reprodução social; (c) a “liberação” das mulheres; (d) o desemprego estrutural. Isoladamente, cada um desses conjuntos de contradições implicam uma dimensão da vida social; juntos, intensificam a *força desintegradora* do sistema do capital, sobrepondo o *momento destrutivo* da expansão capitalista ao *momento civilizador*. Em outros termos, isso significa um profundo, complexo e extenso processo de *barbarização* da vida social, conforme chamou Netto (2013).

Mészáros (2009) nos alerta para o fato de que o esforço cada vez maior do capital em transcender seus limites não pode ser detido, de repente, a partir de uma suposta (auto) racionalidade, que reconheça que o sistema sociometabólico atingiu seus limites absolutos. Um dos aspectos mais problemáticos do capital é sua incapacidade de tratar as causas como causas, independente da gravidade de suas implicações. Seus limites devem ser tomados sempre como limites relativos, abertos à possibilidade de transcendência através da expansão progressiva da margem e da eficiência produtiva, mitigando por algum tempo os efeitos deletérios da estrutura fundamental causal do capital. O reconhecimento dos limites absolutos colocaria em questão a própria estrutura causal do capital. Assim, os problemas devem ser tratados como *disfunções temporárias*. Esta é, assim, sua fundamentação última: uma *causa sui*, cujo corolário das condições relativas historicamente limitadas, mas permanentemente absolutizadas exigidas pelo processo de reprodução do capital, é a relativização (irresponsável) das restrições absolutas. A título de ilustração, veja-se o modo de exploração

dos recursos ecológicos e naturais não-renováveis pelo capital.<sup>7</sup>

Uma das implicações da sua *causa sui* é a restauração permanente de suas estruturas reprodutivas, o que faz com que o capital tenha um modo de funcionamento reativo e retroativo. Mészáros<sup>8</sup> denomina este mecanismo de *paralisante temporalidade restauradora do capital*, que permite, por exemplo, operações de salvamento de setores insolventes do capital, justamente porque seu quadro estrutural e sua estrutura de comando político – o Estado, sobre o qual falaremos brevemente mais adiante – permanecem inalterados. Nos termos dessa temporalidade, *a mudança social só é admissível se absorvida/assimilada à rede de determinações estruturais vigente*. Com isso, as verdadeiras transformações societárias qualitativas permanecem sempre inaceitáveis/inalcancáveis no interior da ordem vigente.

Para tanto, o sistema do capital conta com uma profunda e articulada rede de *mediações de segunda ordem*, que constituem um círculo vicioso do qual aparentemente não há escapatória. Elas se interpõem como mediações destrutivas das mediações de primeira ordem entre os seres humanos e a natureza e, graças a sua preponderância, seus apologetas convertem-nas na condição eterna de realização da produção e reprodução da existência humana, tais como a família nuclear, os meios alienados da produção, o dinheiro, o trabalho alienado, o mercado, as variedades de formação do Estado (estrutura de comando) do capital, entre

---

[7] Ibidem, p. 176.

[8] Ibidem, p. 177.

outras. Aqui emerge um importantíssimo desdobramento de sua teoria da crise estrutural, em direção à necessidade histórica da ofensiva socialista. Diz Mészáros:

[...] através das interconexões estruturais das partes que o constituem, o sistema do capital consegue se impor sobre os esforços emancipadores parciais que visam alvos específicos limitados. Com isso, os adversários da ordem estabelecida de reprodução sociometabólica, incorrigivelmente discriminatória, têm de enfrentar e superar não apenas a força positiva auto-sustentada de extração do trabalho excedente pelo capital, mas também a força devastadora negativa (a inércia aparentemente ameaçadora) de suas ligações circulares. É por essa razão que a verdadeira meta da transformação socialista radical deve ser o próprio sistema do capital com todas as suas mediações de segunda ordem (2009, p. 181).

O fato de as tendências e contradições do capital terem se generalizado pelo conjunto do sistema, encontrando seus *limites absolutos* e, simultaneamente, erguer-se um poderoso *círculo vicioso de mediações de segunda ordem*, impõe a qualquer alternativa socialista substantiva uma formulação, necessariamente, global. Disso decorre a necessidade de uma *teoria da transição* que estabeleça uma *direção global a ser seguida*, ao mesmo tempo que reconheça plenamente as circunstâncias limitadoras e a imediaticidade de *atalhos ideais*. Nesse sentido, Mészáros<sup>9</sup> destaca que, perante o desafio da alternativa socialista, carecemos investigar como seria possível:

- a) produzir uma mudança radical salvaguardando a continuidade necessária do sociometabolismo;
- b) reestruturar de alto a baixo todo o edifício da sociedade;
- c) passar da atuação fragmentada das forças sociais à sua coesão no empreendimento criativo dos produtores associados;
- d) realizar uma genuína autonomia e descentralização dos poderes de decisão;
- e) transcender a divisão e a inércia circular entre sociedade civil e Estado pela unificação das funções do trabalho e da tomada de decisão;
- f) instituir uma nova forma de autogoverno aberto.

O filósofo húngaro argumenta largamente que mesmo as conquistas obtidas pela classe do trabalho, arrancadas das margens de concessão do capital durante sua fase de ascensão histórica, nunca se transformaram em *construções graduais do socialismo*, justamente pelo fato de se tratarem de concessões conjunturais realizadas sob condições favoráveis à expansão do capital. Sua referência histórica, aqui, são os “anos dourados” do “crescimento econômico”, durante mais ou menos as três primeiras décadas do segundo pós-Guerra, quando, vale dizer, o “movimento trabalhista” também experimentou seu auge. Não à toa, a capitulação do movimento trabalhista internacional coincidiu com o encerramento da fase ascendente do capital, marcando, igualmente, o momento de sua integração progressiva à es-

[9] Ibidem, p. 821.

estrutura institucional de controle político do capital. Sua desintegração sob a forma de reformismo foi, assim, concomitante aos processos progressivos, pós-década de 1970, de reversão daquelas conquistas por meio das quais se supunha estar *acumulando forças para o socialismo*.<sup>10</sup>

É sob tais condições – da mais profunda crise de realização do capital, que o converte em uma força totalitária potencialmente destrutiva e que penetra em todas as dimensões da vida, por praticamente todo o planeta, e da mais dura derrota, expressa pela *debacle* do “socialismo realmente existente” e do movimento trabalhista, socialista e comunista – que as forças do trabalho são compelidas a construir a viabilidade de uma *ofensiva estratégica que vise à transformação radical da ordem sociometabólica vigente*<sup>11</sup>. Não por força de qualquer voluntarismo, mas em razão das próprias determinações objetivas do capital, em face da preponderância de seu momento destrutivo frente ao seu momento civilizador, ou, em outros termos, em razão da generalização do *barbarismo social* intrínseco aos expedientes devastadores que ora asseguram a continuidade da reprodução social perante seus limites absolutos.

Tal transição, do sistema de sociometabolismo do capital para a ofensiva estratégica, no entanto, passa necessariamente pela desmistificação – e pela proposição positiva para seu lugar – daquela que é uma das mais importantes *mediações de segunda ordem* do sistema socio-

metabólico, ao lado do trabalho alienado e do próprio capital: o Estado, ou a estrutura de comando político genuinamente garantidora do complexo social vital do sistema sociometabólico vigente. Vejamos brevemente como Mészáros (2015; 2009) concebe este Estado.

### A teoria do Estado na obra de István Mészáros: breves indicações

Em razão de suas unidades produtivas isoladas – a tríplice fratura interna que configura seus defeitos estruturais –, o capital carece de uma estrutura corretiva compatível com tais parâmetros estruturais do capital, ou melhor, uma *estrutura totalizadora de comando político* que exerça uma *ação corretiva* capaz de viabilizar este modo de controle sociometabólico, assegurando e protegendo permanentemente a produtividade do sistema.

É graças ao Estado – esta estrutura totalizadora de comando político – que o capital consegue dominar a força de trabalho, impondo-lhe a ilusão de um relacionamento entre iguais. Sua estrutura legal é uma exigência absoluta para o exercício da *tiranía nos locais de trabalho*, com capacidade de sancionar e proteger o material alienado e os meios de produção, suas personificações, tais como controladores individuais, entre outros. *É uma forma alienada de restituir a fratura entre a produção e o controle* (MÉSZÁROS, 2009, p. 107).

O papel totalizador do Estado é igualmente fundamental para ajustar

[10] Ibidem, p. 844.

[11] Ibidem, p. 845.

suas funções regulatórias em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômico, complementando e reforçando a dominação do capital contra as forças que poderiam desafiar as desigualdades na distribuição e no consumo. Ademais, o Estado também assume a função de comprador direto nas mais distintas áreas e de mantenedor da infraestrutura de fornecimento de serviços de seguridade social, mitigando as contradições que surgem da fratura entre produção e consumo.<sup>12</sup>

Igualmente, no que diz respeito ao seu papel na criação da circulação como empreendimento global das estruturas internas fragmentadas do capital, o Estado precisa estimular um duplo padrão, em face da contradição insolvente que existe entre o fato de ser uma estrutura necessariamente nacional e o capital, por seu turno, necessariamente inter ou transnacional. Assim, internamente, o Estado precisa atuar perante a tendência à concentração e centralização do capital, a fim de não eliminar as unidades de produção (e o faz, por exemplo, com medidas anti-monopolistas, antitrustes, entre outras). Já no plano das relações exteriores, precisa operar exatamente ao contrário, desempenhando o papel de “[...] facilitador da expansão mais monopolista possível para os capitais sob sua proteção.”<sup>13</sup>

Como se vê, para o filósofo húngaro, as falhas estruturais de controle do sistema sociometabólico

[...] exigem o estabelecimento de estruturas específicas de controle capazes de complementar os constituintes reprodutivos materiais, de acordo com a necessidade totalizadora e a cambiante dinâmica expansionista do sistema do capital” (MÉSZÁROS, 2009, p. 110).

Nesse sentido:

[...] seria completamente equivocado descrever o próprio Estado como uma superestrutura. Como estrutura totalizadora de comando político, o Estado dispõe de sua própria superestrutura (MÉSZÁROS, 2009, p. 119).

E como tal (com o perdão da insistência, como estrutura de comando abrangente do capital), o Estado não pode possuir qualquer autonomia com relação ao metabolismo social. Igualmente, “[...] está longe de ser redutível às determinações que emanam das funções econômicas do capital”; ao contrário, o Estado contribui para a determinação das funções econômicas diretas do capital, pois, sem o Estado, falta ao capital a dimensão coesiva necessária para o sucesso imperativo estrutural expansionista, que é a extração de mais-valia.<sup>14</sup>

Nesses termos, o Estado pertence à materialidade do sistema do capital, corporificando a dimensão coesiva de seu imperativo último, que está orientado para a expansão e extração de mais-valia<sup>15</sup>. Como fio geral do modo de reprodução do capital – dirá Mészáros (2009) –, o Estado é

[12] Ibidem, p. 109.

[13] Ibidem, p. 111.

[14] Idem.

[15] Ibidem, p. 121.

a estrutura de comando perfeitamente adequada para a reprodução do capital, de modo que, sem o capital, o Estado também não se sustenta. Dito de outro modo, *Estado e capital formam uma força de reciprocidade auto-sustentada*.<sup>16</sup>

Aqui já é possível extrair uma implicação teórico-política da máxima relevância da defesa meszariana da materialidade do Estado e de sua imbricação na relação-capital, qual seja: qualquer forma de enfrentamento efetivo do sistema de sociometabolismo em todas as direções exige, pois, o enfrentamento de sua estrutura de comando político, igualmente, em todas as direções, de modo simultâneo e globalmente coordenado pelas forças do trabalho.

Ademais, o sistema sociometabólico do capital baseia-se na alienação do controle dos produtores, conforme apontamos anteriormente. Nesse processo, degrada o sujeito real da produção do capital, o trabalho. Ao fazê-lo, abate na prática o real relacionamento entre o sujeito das relações de produção do mundo material e seu objeto. Uma contradição deste processo é que, objetivamente, este sujeito real – a coletividade das forças do trabalho – precisa continuar existindo, sob pena de interromper a reprodução material e o intercâmbio fundamental do gênero humano com a natureza. Assim, o trabalhador precisa aceitar um sujeito acima de si, um *pseudo-sujeito* que opere esta mediação. Trata-se das *personificações do capital*. Sua função mediadora, no entanto, não lhes assegura o controle do conjunto do siste-

ma – radicalmente apartado da produção. Isso torna o sistema do capital um modo de controle sociometabólico *sem sujeito*, fazendo com que os imperativos do capital, sua lógica interna de funcionamento e operação, sua estrutura e dinâmica e suas exigências fetichistas precisem ser enfrentadas na sua totalidade, para além desta ou daquela *personificação*.<sup>17</sup>

Do ponto de vista da construção de uma ofensiva socialista, este aspecto – embora não desenvolvido aqui, em razão do pouco espaço de que disponho neste artigo – é da máxima relevância, pois o intento de substituir as formas de intercâmbio alienantes e alienadas do sistema do capital, com seu conjunto de mediações de segunda ordem, e sua correspondente estrutura de comando político, por formas verdadeiramente autênticas de reprodução social baseada nas necessidades humanas, deve enfrentar o complexo de determinações do capital.

A esta altura já é possível encontrar pistas para a pergunta sobre o porquê de as soluções tradicionais do Estado não conseguirem produzir o enfrentamento à altura das contradições agigantadas do capital em escala planetária. A resposta parece estar no fato de o Estado encarnar uma intrínseca função corretiva vital para o sistema sociometabólico produtor das contradições mais graves da humanidade. No limite, são essas contradições que exigem uma crítica radical aos termos de referência fundamentais do Estado, já que “[...] a modalidade historicamente estabelecida de tomada de decisão global afeta mais ou menos di-

---

[16] Ibidem, p. 122.

---

[17] Ibidem, p. 125-126.

retamente a totalidade das funções reprodutivas da sociedade [...].”<sup>18</sup>

### **O círculo institucional mágico da relação entre Estado político e sociedade civil e as ilusões quanto à reforma do capital**

Pelo exposto até aqui, na concepção meszariana, o Estado exerce sua função corretiva sobrepondo-se às eventuais resistências encontradas como um *corpo alienado de tomada de decisões globais*. Assim, “como órgãos separados/alienados de controle político global, eles estão todos sob a exigência avassaladora de afirmar a ‘lei do mais forte’ [*might-as-right*] no interesse de cumprir suas funções corretivas invalidadoras da legitimidade do Estado...”. Por isso, a “lei” não pode funcionar, senão como “força”, prevalecendo como imposição legítima pelo Estado sobre qualquer forma de resistência em potencial. “A ‘lei’ se impõe ao decretar categoricamente a viabilidade constitucional de si mesma em sua simbiose com a relação estabelecida de forças.”<sup>19</sup> Sua imposição, juridicamente incontestável – por mais contestável que seja! – pode seguir adiante, tanto sob as formações estatais ditatoriais como com o “*rosto sorridente* da democracia liberal”.

No momento de consolidação da crise estrutural do capital, porém, os li-

mites absolutos do sistema sociometabólico em questão prejudicam ainda mais a já comprometida viabilidade dessa forma totalizadora de controle político. Desse modo, os limites insuperáveis das formações estatais do capital, que pertencem ao domínio dos próprios limites absolutos do capital, não podem ser *politicamente corrigíveis*. No limite, o que está em questão é a *lei sobreposta acima dos indivíduos livremente associados por um órgão independente*, seja ele mais ou menos democrático, em oposição radical à *lei autonomamente determinada* pelos sujeitos históricos.<sup>20</sup>

É nos termos acima formulados que Mészáros<sup>21</sup> define a verdadeira questão a ser enfrentada: não se trata de opor a “democracia direta” à “democracia representativa”, ou qualquer mecanismo de tomada de decisão amparado pelo Estado burguês,

[...] mas a eficaz autorrealizável regulação de seu modo de existência pelos indivíduos sob condições de *democracia substantiva*, o que só é possível se as condições gerais de sua existência forem materialmente fundadas sobre células constitutivas qualitativamente diferentes (MÉSZÁROS, 2015, p. 21-22).

No entanto, os instrumentos de ação da classe trabalhadora estiveram, historicamente, profundamente atados ao Estado, formando o que Mészáros (2009), ironicamente, chamou de *círculo institucional mágico* da relação entre sociedade civil e Estado. Sobretudo os sindicatos – que ao lado dos partidos ligaram-se

[18] MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar**: reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 17.

[19] Idem.

[20] Ibidem, p. 19.

[21] Ibidem, p. 21-22.

de algum modo ao Parlamento –, não raro, foram tomados como instrumentos pertencentes à *sociedade civil* e, por isso, podendo ser usados contra o *Estado político*, num movimento de verdadeira abstração da realidade objetiva segundo a qual o “[...] círculo institucional do capital é constituído por totalizações recíprocas entre sociedade civil e Estado, que se interpenetram e se apoiam um no outro” (MÉSZÁROS, 2009, p. 795).

É importante salientar que esses instrumentos foram produzidos pela classe trabalhadora durante a fase de ascensão histórica do capital e cumpriram importante função no processo de luta, organização da classe e garantia de conquistas, ainda que parciais e limitadas, arrancadas nas sendas da margem de concessão que o capital poderia fazer, justamente por estar em fase ascendente. Tais instrumentos, porém, caracterizaram-se, sobretudo, por uma *postura defensiva*. Acerca disso, Mészáros (2009, p. 791) realiza uma análise histórica de fôlego, buscando demonstrar que se o partido de vanguarda de Lênin foi criado para se defender do Estado policial, sob duras condições de clandestinidade, o stalinismo sequer compreendeu a distinção fundamental feita por Marx entre a revolução política e a revolução social, sendo truncado, ainda, pelo fato de a revolução não se espriar pela Europa, que o obrigou a desenvolver a esdrúxula estratégia do “socialismo num país só” – a despeito do *ímpeto original rápido decorrido da onda revolucionária*, experimentada pela Terceira Internacional. Os principais institutos da classe do trabalho, assim, estiveram estrategicamente posicionados na defensiva: assim também foi com a Primeira Internacional e com a Comuna de Paris.

A Segunda Internacional, por seu turno, e sua estratégia de “mudança gradual” teve, como se sabe, um destino sorumbático, “... traduzindo ao mesmo tempo sua capitulação defensiva na estrutura organizacional ossificada de uma ‘social-democracia’ corruptamente casada com a manutenção parlamentar capitalista.”<sup>22</sup>

À luz da experiência histórica, István Mészáros demonstra como a pressuposição socialdemocrata, segundo a qual (a) seria possível reformar o capital e (b) conquistar os mais altos postos de comando do Estado, só poderia resultar em fracasso, como resultou. Primeiro porque o capital é irreformável, graças a sua incontornabilidade; segundo porque o Estado não é uma entidade acima da sociedade civil, capaz de impor-lhe uma forma de regulação independente da força material do capital, mas sim sua estrutura de comando político, conforme tentei demonstrar anteriormente. No limite, subjaz a esta concepção a existência de um poder que não existe e não pode existir como alavanca para a finalidade socialista. O caráter incontornável do capital não significa somente que não há margem para sua *reforma gradual até que as forças do trabalho alcancem o tão esperado instituto socialista*, mas também que o poder não é compartilhável.<sup>23</sup>

O que daí decorre é a existência profunda de uma assimetria na relação de poder exercida entre o capital e o trabalho, evidentemente em favor do capital, cujo desdobramento consequente só pode ser um: de modo inequívoco, ao trabalho

---

[22] Ibidem, p. 729.

[23] Ibidem, p. 836.

resta basicamente duas alternativas, assumir sua condição como antagonista estrutural do capital ou permanecer a parte estruturalmente subordinada.<sup>24</sup>

A força do trabalho na relação de poder com o capital, a princípio, é parcial e negativa, no sentido de atacar somente uma parte do sistema, com o objetivo parcial de garantir melhores condições para a continuidade do funcionamento da ordem sociometabólica. Esse aspecto a torna, porém, insustentável a longo prazo, dado o caráter de continuidade da reprodução social. Um exemplo bastante claro é o instrumento de greve, que, se por um lado pode assegurar, a depender das condições, conquistas mínimas para a classe do trabalho – cada vez mais reduzidas, em face da crise estrutural do capital –, por outro lado acaba por transferir os encargos para as forças do trabalho que não estão em greve. Desse modo, sua força potencialmente negativa precisa converter-se em força potencialmente positiva, sem se limitar a objetivos parciais, tornando-se, assim, verdadeiramente sustentável a longo prazo, como alternativa sistemática ao modo de produção capitalista.<sup>25</sup>

É dessa concepção ainda – da assimetria da relação de poder entre capital e trabalho – que o filósofo húngaro vai extrair o problema da representatividade do capital e do trabalho, que se desdobrará na questão da unidade e do pluralismo, cujo significado para o capital e para o trabalho é radicalmente diferente, considerando a subordinação estrutural do segundo ao

primeiro numa relação sustentada por um complexo de mediações de segunda ordem, entre as quais uma forma de controle totalizadora alienada e externa ao trabalho.

### **Classe e representação, unidade e pluralismo na construção da ofensiva socialista**

---

A rigor, o capital social total não é e não precisa ser representado, pelo fato de já estar no “controle” completo do processo sociometabólico de intercâmbio reprodutivo, incluindo seu mecanismo de controle político totalizador. Sua força centrífuga é mantida sob controle por meio de regras dominantes de suas determinações estruturais internas, que são compartilhadas por todos os diversos componentes particulares do capital, sob pena de não poderem operar entre si como *pluralidade de capitais*, afirmando seus interesses particulares, a partir das restrições estruturais globais e da autopreservação dinâmica do seu sistema social. É isso que mantém sob controle a força centrífuga de suas partes constituintes. Neste ponto o Estado alcança uma grande importância como estrutura reguladora global das contingentes relações políticas, mas, sobretudo, como um constituinte material do conjunto do sistema do capital, sem o qual este último não conseguiria se afirmar como força que controla o modo de reprodução sociometabólico.<sup>26</sup>

---

[24] Ibidem, p. 837

[25] Ibidem, p. 838.

---

[26] Ibidem, p. 838-839.

Desse modo, o parlamento – instituto *par excellence* da democracia representativa – é uma parte igualmente essencial do sistema do capital na sua totalidade, como mantenedor da força centrífuga da pluralidade de capitais. O que a representação parlamentar realiza – uma das maneiras pelas quais o parlamento serve aos interesses do capital – são algumas das funções vitais no sistema sociometabólico, quais sejam, legitima e internaliza a imposição das regras sobre o trabalho e permite que a pluralidade de capitais encontre o necessário ponto de equilíbrio entre seus componentes particulares. Desse modo, o capital social total pode exercer suas regras na esfera política, sob as condições da democracia representativo-parlamentar.<sup>27</sup>

Nesse sentido, os interesses particulares dos capitais podem ser representados no parlamento, sob o comando estrutural global político do capital social total, graças a sua sintonia com as determinações gerais do controle sociometabólico. Seus possíveis conflitos internos se compensam, pois nunca podem ser dirigidos contra o sistema sociometabólico, sem o qual não poderiam existir. Desde modo, a força reguladora da representação parlamentar para a pluralidade dos capitais é adequada como representação genuína e como preservação do poder do capital.

Pela mesma razão inversa, a representação e o parlamento não podem ter legalidade para o trabalho, ou, dito de outro modo, o trabalho não pode ser representado, uma vez que seu interesse au-

têntico é restituir uma forma de controle política interna que precisa estar conectada ao controle da própria reprodução sociometabólica. Ou, ainda, o trabalho não pode ser representado porque suas formas possíveis de representação tornar-se-iam, imediatamente, letras mortas, por não poderem – pela natureza alienada da forma de comando político da sociedade – alterar as determinações estruturais extraparlamentares próprias do modo de reprodução sociometabólico do capital.<sup>28</sup>

O fato de a burguesia estar no poder efetivo, tanto no plano da regulação do sociometabolismo fundamental, quando no plano político, lhe assegura uma base objetiva – inexistente para o trabalho! – de autoidentidade unificadora. Disso decorre

a necessidade de uma ação estratégica consciente de um pluralismo socialista que reconheça as diferenças existentes no vasto mundo das forças do trabalho, em contraste a uma falsa unidade como único meio de patrocinar os princípios socialistas (MÉSZÁROS, 2009, p. 812).

Assim, enquanto para o trabalho a unidade é um sério desafio, para o capital o pluralismo é uma categoria problemática, *simulada*, em razão da contradição existente entre a diversidade de capitais e sua tendência ao monopólio – e por sua pressuposição absoluta do monopólio da propriedade privada em seu início.<sup>29</sup>

O pluralismo socialista, diametralmente oposto, é uma exigência histórico-

[27] Idem.

[28] Ibidem, p. 838.

[29] Ibidem, p. 813.

-objetiva em razão da própria constituição das forças do trabalho na sociedade do capital que, por isso, carece de estratégias e mediações não apenas diferentes, mas em profundo contraste, para que seja capaz de enfrentar o complexo de dominação do capital, em direção ao reconhecimento das desigualdades existentes, mas não para preservá-las, senão para superá-las. É nesse sentido que Mészáros afirma que “[...] o empreendimento socialista é estruturalmente irrealizável sem a articulação plena com os múltiplos projetos autônomos e pluralistas da revolução socialista”.<sup>30</sup>

Sob quaisquer formas existentes de parlamento ou de democracia representativa, a relação assimétrica entre capital e trabalho anula, necessariamente, os interesses emancipatório das forças do trabalho.<sup>31</sup>

Contraditoriamente, pelo fato de estar anulado na esfera política institucional do capital, que o enfrentamento efetivo do trabalho sobre o capital só pode se completar se conquistar a esfera política, reconstituindo-a e democratizando-a substantivamente, na perspectiva de vencer a radical alienação dos produtores livremente associados ao poder real de tomada de decisões.<sup>32</sup>

Dito de outro modo, para Mészáros<sup>33</sup>, a condição essencial para a realização das funções da reprodução material de um sistema socialista é a reconstituição do poder de tomada de decisões pelas

forças do trabalho, em todas as esferas de atividade humana, em todos os níveis de coordenação. E esta é uma tarefa já para a transição socialista, como “[...] característica definidora essencial do modo socialista de controle sociometabólico”.

### Algumas considerações finais

Como fica patente na argumentação de Mészáros (2009; 2015) exposta aqui, o capital não é uma força estatal ou parlamentar, senão uma força objetivo-material de mais alta complexidade, que penetra todos os domínios da reprodução social, em todos os níveis, que opera de modo alienante e alienado, apartando as dimensões da economia e da política, necessária ao seu pleno desenvolvimento; e que tem no Estado e no parlamento uma espécie de *síntese política unificadora*, perfeitamente adequada ao modo alienado e alienante de sua reprodução sociometabólica.

Historicamente, o trabalho se adaptou a essa disjunção produzida pelo capital entre economia e política que, de modo bastante contraditório, permitiu seu ingresso no parlamento, pela via de seu “braço político” (o partido); enquanto isso, seu “braço sindical” disputou as conquistas para a classe no plano econômico, numa suposta sociedade civil autonomizada com relação ao Estado. Mas, ao fazê-lo, as forças do trabalho acabaram por reproduzir o modo alienado de relacionamento entre política e economia, tornando estéreis seus enormes esforços. Não é à toa que, a despeito da efetividade de seus

[30] Ibidem, p. 816.

[31] Ibidem, p. 840.

[32] Ibidem, p. 847-848.

[33] Ibidem, p. 840.

instrumentos de ação política, o trabalho não só deixa de avançar – em razão da redução drástica da margem de viabilidade produtiva do capital –, como vê suas conquistas históricas escorrerem pelo ralo.

Nesse sentido, é preciso destacar que a separação paralisadora do “braço político” e do “braço sindical” das forças do trabalho não foi nem acidental, tampouco o resultado da capitulação individual das lideranças do movimento socialista, mas o coroamento necessário da adaptação do movimento socialista à estrutura política institucional do capital e à disjunção estrutural entre as características políticas e econômicas do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2009, p. 853).

Nesses termos, a ofensiva socialista deve significar uma profunda reconstrução/renovação das forças do trabalho na sua integralidade, sob a forma de um

*movimento extraparlamentar que recuse todas as determinações estruturais da ordem estabelecida.* Isso não significa, em absoluto, um *movimentalismo*, como podem sugerir leituras apressadas do autor e ao sabor das teorias contemporâneas dos movimentos sociais e da sociedade civil; tampouco o abandono do problema do parlamento na transição socialista, cuja teoria socialista ainda não foi capaz de elaborar de modo exaustivo. Mas enfrentar, segundo Mészáros (2009, p. 856), o desafio teórico e político, segundo o qual afetar verdadeira e radicalmente o poder do capital significa restituir a totalidade das forças do trabalho, para que, desde a transição, assumam as funções produtivas decisivas do sistema e adquiram o controle sobre todas as esferas correspondentes de tomada de decisões políticas, numa ofensiva socialista fundada no pluralismo concreto de sua existência e não na unidade abstrata do capital. ■

[ **FREDERICO DAIA FIRMIANO** ]

Pós-doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da UNESP/campus Franca, e bolsista PNPd/CAPES; doutor em Ciências Sociais pela FCLar/UNESP; professor designado da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), unidade Passos, onde coordena o Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Crise, Neodesenvolvimentismo e Direitos Sociais (GEIND), do CNPq.  
E-mail: fredericodaia@hotmail.com

## Referências

---

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar**: reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo Cesar Castanheira; Sérgio Lessa. 3. reimpr. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da barbárie. **Revista Novos Rumos**, Marília, v. 50, n. 1, 2013. Disponível em: <[www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/3436/2657](http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/3436/2657)>. Acesso em: 15 Jul. 2018.